

ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA

Política de Habitação

Eng. AUGUSTO LUIZ DUPRAT

INTRODUÇÃO

1. A habitação constitui hoje uma das maiores preocupações de todos os governos, de vez que é o *Problema Social* N.º 1.

Sendo *Social* precisa ser muito bem equacionado pois que atrás do *Social* há o *Humano*. Não pode mais o problema ser encarado apenas como um problema da construção; devemos encará-lo como sendo o da construção de "lares" onde se desenvolverá a *Família*, elemento natural e fundamental da *Sociedade*.

E' necessário que a casa facilite a criação e desenvolvimento da família permitindo que se faça a educação das crianças. E' na casa que se forma ou deforma o caráter de uma Nação.

Como bem disse SIGFRIED:

"..., A casa não é apenas a satisfação de uma necessidade física, ela não tem por único fim proteger o corpo contra as intempéries do exterior, de lutar contra o resfriamento; servindo de abrigo à família, ela torna-se um dos elementos essenciais à vida em sociedade. De outro lado, a família, não é uma entidade criada no cérebro dos pensadores, é uma realidade viva, que não pode ficar no ar, e que necessita de uma base sólida. Para o pai, a mãe e os filhos a casa cria, por assim dizer, um centro onde as tradições são conservadas como num relicário, onde os membros da família se encontram cada dia, como num ponto de reunião. E' ali que se conserva a lembrança das alegrias e das dôres, que se forma o laço permanente que liga as gerações. Pode-se dizer, sem medo de exagerar, que a questão da habitação é a primeira das questões sociais, e não sendo ela resolvida, tôdas as tentativas feitas para melhorar a sorte dos operários, por mais enérgicas que sejam, serão sempre ineficientes; sem a vida em família, só possível pela posse de um lar decente, não pode haver nem economia, nem previdência e, conseqüentemente, nenhum progresso duradouro, nenhuma melhoria apreciável."

2. O Problema da habitação nunca terá solução integral, de vêz que esta só seria conseguida no dia em que se conseguisse transformar o mundo,

à semelhança de uma colméia, onde cada homem, como a abelha, tivesse a sua casa. Podemos, sim, adotar medidas que melhorem, no futuro as atuais condições de habitação. Estas medidas, porém, exigem uma coordenação completa de todos os esforços.

Como em outros países, constata-se entre nós uma absoluta falta de coordenação de esforços, no sentido do encaminhamento de uma melhoria para as atuais condições de habitação.

Em discurso pronunciado em França em 1950, disse M. MASSIANI, Presidente do Conselho Geral do Sena:

“... Os diversos órgãos e personalidades que queriam concorrer na luta contra a crise de Habitação, muitas vezes, e até bem pouco tempo, trabalharam em ordem dispersa. Desta falta de coordenação indispensável, a consequência foi, durante muito tempo, ignorâncias recíprocas, incompreensões, esforços paralelos, retardamentos prejudiciais e esperas desalentadoras.”

Não podendo nenhum governo, por mais rico que seja, arcar com a responsabilidade de um ônus de tal natureza, é necessário que toda a Nação contribua, cada um na medida de suas possibilidades.

Seja-me permitido transcrever o que disse S. Excia. o Sr. Ministro da Reconstrução e Urbanismo da França, em discurso pronunciado em Paris, em 1950:

“... Digo mais uma vez, que àqueles que deixarem crer que o esforço que devemos fazer, e que estamos fazendo, poderia ser feito só pelo Estado, mentem ao povo. E aqueles que esperassem nessas condições num futuro mais próximo, habitações claras e sãs, estarem apenas sonhando. *E' a Nação, de um modo integral que devemos conclamar para o problema da construção*: são todas as forças da Nação que devem participar deste esforço grandioso.”

“... Há trabalho para todos os franceses, há ocupações para todas as iniciativas. Não é o Estado que fará tudo, nem os Departamentos e as Comunas. Mas, serão todos ao mesmo tempo, os Departamentos as Comunas, e também, os cidadãos, que compreenderão que algumas vezes devemos concordar em reformas na na nossa vida cotidiana para assegurar a vida do “*Lar*.”

Para o encaminhamento de medidas que visem a proporcionar uma melhoria das atuais condições de Habitação, necessitamos mobilizar todas as energias da Nação, necessitamos da colaboração de todos os *Homens de boa vontade*: devemos encarar a nossa atuação como um apostolado, e como uma honra sermos chamados a colaborar com aqueles, que colocando acima de suas vaidades pessoais, o Bem público, querem trabalhar para a dignificação do *Homem*, em prol de *Deus*, da *Pátria*, e da *Família*.

3. O problema é, antes de mais nada, um problema de Educação, e depois, um problema *Econômico*; não devemos pois ter a veleidade de pensar resolvê-lo numa geração, é obra a ser feita no tempo.

Devemos sempre *Semear* ainda mesmo com a certeza de que os frutos só serão colhidos pelas gerações vindouras.

Cumpriremos assim nosso *Dever*, continuando a obra das gerações que nos precederam, a quem devemos o que temos e somos hoje, procurando sempre contribuir para maior grandeza da nossa *Pátria*.

4. O nosso trabalho deve sempre ser feito sem ofender o sentimento de *Dignidade* próprio de cada um; devemos auxiliar aos que necessitam de auxílio, a prescindirem dêle, facultando-lhe os meios de adquirir por si próprios os bens de que carecem para viverem com Dignidade. *Devemos ter sempre em vista que se não deve dar, a esmola avilta*. Assim, primeiramente necessitamos da ação do *Serviço Social*, do *professor* e do *médico*, e *engenheiro* é uma consequência.

5. O problema da *Habitação*, não nos é peculiar, dada a sua universalidade, e, conquanto, não possamos transplantar para o nosso País soluções adotadas por outros, devemos calcá-las nos ensinamentos adquiridos por outros povos, adaptando-os as condições sócio-econômicas das nossas diversas regiões; sempre encarando-o como problema, nos seus múltiplos aspectos, pois que as soluções de emergências e unilaterais só tenderão a agravá-lo, pelo desequilíbrio resultante.

As soluções devem ser adotadas com a coordenação de todos os esforços, e não deixando a cada um, a faculdade de agir independentemente.

6. Há dois aspectos do problema que devem ser encarados concomitantemente: o *Rural* e o *Urbano* — ambos com características próprias e soluções peculiares.

Devemos procurar fixar o homem no campo, para evitar o êxodo rural e garantir a nossa subsistência e sobrevivência, procurando levantar os níveis social, cultural e econômico do rurícola, dando-lhe a assistência de que necessita, facilitando-lhe o crédito, incentivando a organização de cooperativas bem como o meio de escoar seus produtos; difundindo o ensino e a educação, criando escolas domésticas e rurais, proporcionando-lhe facilidades para construir sua casa e dependências, fazendo com que o homem do campo se compenetre bem de sua função social, de vez que é do campo que se originam as energias sociais e da Terra que nos advem todos os Bens.

Nas cidades onde o problema se apresenta com tôdas as suas complexidades, devemos encará-lo com coragem, dentro da realidade, e sobretudo como um problema humano. Temos necessidades de evitar as grandes concentrações humanas, descentralizando a indústria procedendo ao Planejamento Geral das Regiões, modificar o nosso atual sistema de financiamento, com a criação de cooperativas de construção e crédito mútuo, proporcionar facilidades à indústria da construção civil, garantir ao capital invertido em construção uma rentabilidade razoável, encarar a propriedade em sua função social, criar escolas profissionais, fazendo com que os operários compreendam que fazem parte da sociedade. Em resumo, é necessário Educar o Homem, de modo a que saiba viver em comunidade.

Quer o problema seja considerado na zona rural ou na zona urbana, a sua solução deve ser tal que mantenha os equilíbrios sociais, psicológicos e econômicos necessários ao bem estar da comunidade.

Não devemos esquecer, como bem acentuou Sérgio Bagú — Estrutura Social de La Colônia — que “A atitude de um indivíduo face ao trabalho não é mais que a consequência de um equilíbrio de fatores sociais e psicológicos. Rôto êste equilíbrio, o trabalho não tem sentido e, sem sentido, o homem não realiza nenhum esforço. A alma humana não é uma máquina.”

7. Para que se possa estabelecer uma Política de Habitação, temos que obter da casa um, rendimento Humano, Financeiro e Social, que possibilite dar a cada um condições tais que: “facilitando sua integração nas comunidades de que venha a ser chamado a fazer parte — *Família, profissão-cidade* — favoreça no máximo a expansão de sua personalidade.”

Para conseguirmos êste objetivo temos que primeiramente conhecer o problema, isto é, as condições sócio-econômicas das diversas regiões e as necessidades em casa, tanto sob o ponto de vista qualitativo como quantitativo.

Bem equacionado o problema, podemos, então, encaminhar as soluções de modo a que a “casa” seja um elemento de progresso na vida do *Homem*, e lhe permita: *habitar-trabalhar-cultivar o corpo e o espírito e circular*.

O PROBLEMA ATRAVÉS OS TEMPOS

De tempos imemoriais existia a casa, como abrigo do Homem. Nas cavernas de antanho ou nos arranha-céus de hoje, procurou ele, abrigar-se dos rigores devidos aos fatores climáticos, para refazimento de seu sistema termo-regulador e satisfação de seus instintos primordiais: o da conservação e o da reprodução.

Na “Casa” criou-se a “Família” e, depois a “Sociedade”; em todos os tempos constituiu ela a preocupação máxima do Homem.

Referindo-se ao brasileiro, assim se expressa GILBERTO FREYRE — *Sobrados e Mocambos* —:

“... Gosta de mudar de casa, mas ao pobre nada preocupa mais do que comprar seu mocambo! e o rico logo que faz fortuna levanta palacete bem à vista da rua.”

A medida que se foi desenvolvendo a humanidade e que o Homem se tornou livre, adquirindo a consciência de seus direitos sociais, foi-se agravando o problema pelo aumento das necessidades, criadas pela civilização.

Segundo A. SAYLE — “The House of the workers”

“... O problema da casa não é um problema novo. E’ tão velho como a civilização, tão velho como a riqueza e a pobreza. Pompéia e a antiga Roma nos mostram uma tentativa de solução nos remanescentes de enormes prédios, de habitação coletiva, provavelmente, nem piores nem melhores dos que os que existem em Londres e Paris.

Agora, como nos tempos de Júlio César, o problema da construção de casas é um problema econômico, de fácil solução para aqueles cuja renda e padrão de vida é alto, mas, aparentemente insolúvel para os pobres trabalhadores, quer os da cidade, quer os do campo.”

A primeira notícia que se tem de uma iniciativa de reforma social das condições de moradia, “data de 1516”. “Em Augsburg, o negociante Jacob Fugger, criou a primeira instituição particular de casas de moradia, para aliviar os operários diaristas e outros trabalhadores, do pagamento de aluguéis onerosos e proporcionar-lhes moradias boas e cômodas, conforme se verifica na respectiva ata.”

Aparecem, mais tarde, os tecelões de Bradford, na Inglaterra, agrupando-se para obtenção da casa própria, depois o socialista inglês “Robert Owen” com as suas cooperativas e, mais tarde, ainda na Inglaterra, as Buildings Societies, que existem até hoje e se encontram funcionando em diversos países.

Últimamente, tanto a ONU como a União Pan-Americana, vêm-se ocupando do problema, em larga escala, já organizando Seminários, já prestando auxílio.

Entre nós, uma das primeiras tentativas de organização para construção de casas, foi feita no Recife, por François Marie Duprat, francês de nascimento, meu bisavô.

Vem de molde transcrever a notícias publicadas no “O Brasil Agrícola”, jornal de sua propriedade, n.º 18, de 31 de maio de 1882.

“.... O “Diário de Pernambuco”, de 9 de outubro de 1860, — publicou o seguinte projeto desta Companhia:

“.... Apresentamos pela primeira vez êste nosso projeto em setembro de 1857, e achamos várias pessoas prontas a entrar com seu contingente para a formação do capital; outros, apreciando também, a utilidade da empresa julgaram a ocasião menos oportuna por se acharem então os preços dos materiais e mão de obra consideravelmente levados, sobretudo tôdas as qualidades de madeira.

“.... Hoje, porém, que os materiais e madeiras tem tornado aos preços de 1856, isto é, de 33 a 50 por cento, mais baratos do que estiveram em 1857 e princípio de 1860, julgamos ser ocasião de apresentar de novo ao público o nosso projeto, e aproveitar êste momento de fim de crise financeira, para chamar a atenção de tôdas as classes de capitalistas, e convidá-los a subscreverem, a quantia que quizerem, de 100\$000 a 100 contos de réis, para a formação do capital social que julgamos necessário a nossa empresa, de 1.000 contos de réis.

“.... A sociedade que propomos será uma sociedade em comandita, cujos sócios coletivos deverão subscrever para o capital, pelo menos com 50 contos de réis.

"... A metade do capital (500 contos) será realizada no prazo de 20 meses da data do contrato da sociedade, em prestações de 10% (dez por cento) do capital subscrito. A primeira prestação será paga na ocasião de assinar o ato de sociedade e as outras de dois em dois meses até preencher os 20 meses.

".... Logo que fôr subscrita a metade do capital e realizado o pagamento da primeira prestação de 10% a sociedade ficará constituída e os sócios coletivos gerentes da sociedade, darão começo às suas operações. Os fundos realizados serão recolhidos por conta da sociedade, em conta corrente de juros, nos estabelecimentos bancários.

".... A outra metade do capital (500 contos que perfazem o capital pedido de 1.000 contos de réis) será preenchido por novas subscrições, a proporção que os sócios-gerentes julgarem necessários e, com o prêmio que então for realizável, tendo todavia direito a preferência a preço igual, os subscritores fundadores.

".... A duração da sociedade será de 12 anos, contados do dia em que a oficina principal começar a trabalhar.

".... Hoje que as obras públicas acham-se paralizadas, e que muitos particulares desejam empregar parte de seus capitais disponíveis em prédios, é a melhor ocasião de realizar-se a nossa utilíssima e tão necessária empresa.

".... Este momento é o melhor possível para comprar terrenos, reunir, formar depósitos de materiais de tôdas as espécies; portanto, convido a todos para que me ajudem a dar começo.

".... A sociedade terá a seu serviço um hábil arquiteto francês, mestres de oficinas e maquinismos modernos para executar as obras com tôda a perfeição, elegância, prontidão e barateza relativa.

".... Os mestres e oficiais nacionais acharão nesta sociedade meios de se aperfeiçoarem nas suas artes respectivas e, receberão salários correspondentes a seus merecimentos. Com o emprego de máquinas para serrar e aprontar as madeiras, muito menos pesado se torna o trabalho dos carapinas e marcineiros."

Tendo conseguido isenção de décimas durante 40 anos, da Província de Pernambuco, F. M. Duprat, solicitou auxílio de 500 contos de réis ao Governo Imperial. Transcrevemos aqui a título de curiosidade o parecer da Comissão de Fazenda, a respeito de sua petição, apresentada a Câmara dos Deputados, em 13 de abril de 1864. Eis o parecer transcrito do "Jornal do Comércio" de 15 de abril de 1864:

".... F. M. Duprat pede à Augusta Câmara, o empréstimo de 500 contos de réis, para edificação de todo gênero na cidade do Recife.

".... Por maiores que sejam as vantagens que o suplicante descubra no destino dado a este empréstimo, parece à Comissão

inadmissível o princípio de emprestar o Estado dinheiro para melhoramentos dessa ordem e mesmo, para outros de interesse mais incontestável, e pois, é de parecer que seja desatendido o pedido.”

José Antônio Saraiva

Barão de Mauá

Francisco Paulo Santos

O Governo Imperial pelas leis de 9 de dezembro de 1882, e 20 de outubro de 1883, fazia concessões a empresas construtoras de casas baratas.

Mais tarde instala-se em Santos uma “caixa Construtora” nos moldes das “Buidings” Societies” a quem muito se deve o desenvolvimento da cidade. No governo de S. Excia. o Sr. Marechal Hermes, construiu-se a “Vila Marechal Hermes, e a “Vila Orsina da Fonseca”, graças a iniciativa do Tenente Pulchério; a Prefeitura do Rio de Janeiro, também construiu grupos de casas para operários. Em 1922, o governo Federal concedia favores àqueles que se organizassem para a construção de casa. Além das iniciativas de caráter oficial, a quase totalidade das nossas fábricas de tecidos seguiu o exemplo dos tece-lões de Bradford e fundaram-se, também, várias companhias imobiliárias para a venda de terreno e casas a prestação.

A partir de 1937 entraram os Institutos de Previdência Social e iniciaram-se os financiamentos para construção de casas próprias e a construção de conjuntos residenciais para seus segurados, medida esta condenável sob o aspecto social, como veremos adiante.

Em 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular.

A partir de 1951, começou-se a encarar o problema sob o aspecto social e foram propostas medidas para seu encaminhamento.

Em 1900, realizava-se o primeiro Congresso para a construção de casas baratas, por iniciativa da Sociedade Francesa de Higiene. Em 1904, decidiu-se convocação de um Congresso Internacional, destinado, especialmente, ao estudo das questões de Saneamento e Salubridade das Habitações.

Reuniram-se neste Congresso, médicos, engenheiros e arquitetos de renome mundial, datando daí as primeiras diretrizes no sentido de melhorar as condições de habitabilidade.

No segundo Congresso realizado em Genebra em 1906, o discurso inaugural foi pronunciado por MARC RUCHET, antigo Presidente da Confederação Suíça que o terminou dizendo:

“.... Assim, como foi muito justamente dito”, a questão da habitação encontra-se no caminho e como que na confluência de todas as obras de filantropia de reforma social; o que quer dizer, que cada um deverá colaborar no movimento, criado em favor da habitação, conforme as leis da higiene, mas, os homens, do dever e as mulheres de dedicação que se votarem à nobre causa, não estarão suficientemente armados para o combate se o governo não vier em seu auxílio. Aí, mais do que em qualquer outro lugar, a intervenção enérgica do Estado deve se fazer sentir; não uma in-

tervenção puramente legislativa, o que seria já um grande passo, mas também uma intervenção econômica. O estatismo sob esta forma, longe de ser temido, elevará o nível moral do indivíduo, enquanto acresce a riqueza comum. Em outras palavras será o advento do bom Socialismo.

"... O fim almejado por nós é grandioso; não será, porém, atingido sem esforços sérios e múltiplos, mas vossa perseverança vencerá os obstáculos e tereis bem merecido da humanidade."

Não é nosso propósito escrever a história social da Habitação; por isso, assinalamos, apenas, fatos importantes que são verdadeiros marcos para o desenvolvimento do problema.

Constata-se, pois, que, em tôdas as épocas, desde a antiga Roma, até nossos dias, o problema é sempre de atualidade, estando hoje, agravado, em consequência das destruições decorrentes da guerra, da revolução industrial do XIX século, do êxodo rural e da política de bloqueio de aluguéis.

Vários Congressos se têm realizado nos últimos tempos, reunindo elementos de escol, com o fim de procurar solução para o problema.

Em 1939, reuniu-se o Primeiro Congresso Pan-Americano da Habitação Popular, em Buenos Aires.

Neste Congresso se preconizava, no Capítulo IV de suas conclusões, que os governos deveriam fomentar a criação de "Sociedades cooperativas; que deveriam fomentar o desenvolvimento das Caixas Econômicas, com a aplicação de seus depósitos em empréstimos imobiliários, que se deveria fomentar a habitação individual, e quando isto não fôsse possível, a habitação coletiva deveria ser feita de tal modo, que garantisse a independência dos seus ocupantes, que se procurasse desenvolver o seguro de vida, etc.

Em 1951, reuniu-se em Pôrto Alegre o terceiro Seminário da União Pan-Americana sobre a habitação e urbanismo cujas conclusões constam de um relatório final.

Neste Seminário, do qual fizemos parte, como um dos representantes do Brasil, já o assunto foi discutido e concluído, não apenas como se se tratasse de um mero problema de construção.

A sub-comissão de coordenação, da qual tivemos a honra de participar, baseou suas conclusões no conceito de que a organização da comunidade, no seu mais amplo sentido, "consiste na mobilização ordenada de todos os recursos necessários de modo a ser conseguida uma vida individual e coletiva satisfatória, baseada na participação consciente dos membros integrantes da comunidade em tôdas as etapas deste processo".

Nêste Seminário foram discutidos, quatro temas: Cooperativas, Educação operária, Serviço Social e Habitação e Urbanismo.

Vem de molde transcrever aqui as conclusões da sub-comissão de coordenação por se verificar a íntima relação entre êstes diversos temas e assim se mostrar que o problema não é apenas técnico de construção.

RELAÇÃO DO COOPERATIVISMO COM OS DEMAIS SETORES

I — Com o Serviço Social

a) Sendo os assistentes sociais elementos de contato direto com a comunidade, eles podem colaborar na execução de investigações preliminares entre os habitantes da comunidade, com o fim de determinar:

1. O poder aquisitivo de cada família; este dado permite estabelecer a capacidade aquisitiva da comunidade em conjunto, o qual forma uma base segura para fixar o capital da cooperativa destinada a servi-la.

2. A preferência de conjuntos de famílias por determinados tipos de artigos e produtos de consumo e uso pessoal, a fim de orientar a cooperativa na aquisição dos estoques e mercadorias.

b) Seria conveniente que as cooperativas organizassem seus próprios serviços de assistência e desenvolvessem atividades educativas de modo a formar uma mentalidade de cooperação e também de hábitos de:

1.º) economia

2.º) alimentação sadia

3.º) participação na vida social da cooperativa mediante a utilização de técnicas modernas de interpretação de procedimento democrático.

4. estímulo à realização de capital subscrito e a utilização dos serviços da cooperativa, de modo a infundir no sócio plena consciência de suas responsabilidades e de aperfeiçoar seus conhecimentos gerais da doutrina cooperativista.

c) Os trabalhadores sociais devem sempre formar parte dos chamados clubes ou círculos de estudos que se organizarem como medida preparatória da organização de cooperativas.

d) Conviria que as escolas de Serviço Social mantivessem, em caráter efetivo, cursos de pequena duração da doutrina cooperativista que deverão ser completadas com observação e estudos práticos de cooperativa nos diversos tipos que interessem à organização da comunidade.

II — Com a educação operária

a) Os sindicatos e demais organizações operárias devem considerar a possibilidade de estabelecer cursos rápidos para iniciação dos seus sócios no conhecimento da doutrina cooperativa, particularmente no que se refere à educação do consumidor.

b) as mesmas instituições devem também, considerar a possibilidade de organizar, sobre bases cooperativas, escolas de alfabetização, de instrução secundária e profissional, prevendo também a instituição de bolsas para aperfeiçoamento técnico nos centros industriais e científicos mais adiantados, do País ou exterior.

c) Seria também interessante, a organização, com caráter cooperativo, de clubes de recreio, de esportes e atividades culturais para o cultivo intelectual e o desenvolvimento da sociabilidade entre os operários.

III — Com Habitação e Urbanismo

Foi sugerida a planificação da comunidade visando a construção de habitações econômicas à base de cooperativa de construção, de trabalho em comum e de serviço. Este plano abrangeria:

a) compra de terreno para loteamento, admitida a possibilidade de que as casas sejam construídas pelos próprios interessados, com seu esforço, pessoal, ou com auxílio dos vizinhos.

b) a cooperativa poderia, também, assumir a responsabilidade de construir diretamente conjuntos residenciais e de ir entregando as casas por meio de sorteio à medida que se forem terminando a construção das mesmas.

c) deve ser prevista a possibilidade da obtenção de auxílio das instituições públicas, autônomas e privadas para o financiamento das construções em bloco ou isoladas, mediante, contrato de construção.

d) como modalidade de execução dos serviços é, também, recomendável a organização de cooperativas de construção e de trabalho em comum na qual se utilizem as especialidades profissionais dos sócios, creditando-se o valor do seu trabalho em sua conta pessoal. Dêste modo, os sócios construiriam suas casas mediante os seus próprios esforços.

E' igualmente aconselhável que os urbanistas e projetista de de conjuntos residenciais considerem a possibilidade de organizar cooperativas de serviços comuns tais como transportes, eletricidades, luz e água, saneamento etc., nas quais participem os residentes dos respectivos conjuntos.

RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO OPERÁRIA COM OS DEMAIS SETORES

A educação operária é um processo de formação integral que se ocupa particularmente dos problemas sócio-econômicos, a fim de habilitar o trabalhador, de preferência, mediante seus organismos sindicais e em colaboração com outras instituições para a defesa e conquista de seus direitos e para o cumprimento de seus deveres como trabalhador e como membro da comunidade Nacional e Internacional.

A maior parte possível dêste trabalho se realiza no próprio ambiente dos sindicatos, mediante a aplicação de métodos de preferência informais, e a cargo de pessoal recrutado para esta fundação.

Suas técnicas incluem inicialmente e durante todo o processo a recreação como meio de atrair e educar o trabalhador; organizam-se então círculos de estudos, conferências, sessões culturais e artísticas, centros de debates, etc. desenvolvendo tanto quanto possível a técnica de trabalho em grupo.

I — *Com o Serviço Social*

Ambos tem alguns objetivos e métodos comuns e tratam através do sindicato, na indústria, junto à família operária, e por outros meios de contribuir para a elevação do nível cultural, social, econômico e profissional da classe trabalhadora.

II — *Com Habitação e Urbanismo*

A educação do trabalhador espera uma contribuição em forma material escrita, conferências, demonstrações etc., que dêem ao trabalhador uma idéia das vantagens da casa higiênica, das exigências de uma vida de trabalho e de família confortável e feliz, e das melhores soluções relativas a estética e a disposição dos conjuntos residenciais.

Oferece a este setor sua colaboração no sentido de divulgar essas vantagens através da ação educativa nos sindicatos e outras organizações de educação do trabalhador, despertando especialmente o interesse pela casa própria.

III — *Com as cooperativas*

A educação do trabalhador pode contribuir para difundir e demonstrar os métodos cooperativistas (cessão de locais, colaboração de especialistas, etc.); também podem contribuir para a criação, dentro do sindicalismo, de condições favoráveis ao desenvolvimento do movimento cooperativista no meio da classe operária.

RELAÇÃO DE HABITAÇÃO E URBANISMO COM OS DEMAIS SETORES

A casa deve refletir as características e tendências do homem e de sua família, de maneira tal que satisfaça suas necessidades e torne possível o desenvolvimento de uma vida sã e integral. Do mesmo modo, o urbanismo deve orientar-se no sentido de projetar a edificação de cidades tendo em vista satisfazer as necessidades fundamentais das populações e propiciar uma convivência democrática, efetiva e feliz.

Não obstante ser a casa individual o ideal, cuja construção deve merecer estímulo e auxílio, diversas circunstâncias da vida moderna conduzem à solução constituída pelos chamados conjuntos residenciais. Esses conjuntos, tanto quanto possível, devem refletir os aspectos da vida social, evitando a homogeneidade excessiva, resultante de seu arrendamento ou venda a elementos pertencentes a uma determinada categoria profissional.

1. *Com as cooperativas*

As cooperativas de construção podem constituir um fator preponderante na solução dos problemas da habitação. Com relação aos efeitos educativos, contribuem para arraigar a família a um maior cuidado pela propriedade, adquirida com esforço pessoal.

2. Com o Serviço Social

Espera do Serviço Social colaboração no sentido de educar para habitar e de contribuir para interpretar as necessidades humanas que a casa deve satisfazer. O Serviço Social, é elemento imprescindível para o desenvolvimento da vida comunitária dos conjuntos residenciais.

3. Com a educação operária

Espera que a educação operária prepare nas organizações operárias ambiente favorável às soluções do problema da habitação. Por outro lado, a caso individual, os conjuntos residenciais e as cidades planificadas, de acordo com as necessidades do homem e da vida social, podem coadjuvar na educação do trabalhador, na consolidação da vida familiar e na integração de ambos na vida da comunidade.

RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS DEMAIS SETORES

O Serviço Social tendo como escopo a integração do indivíduo na vida social e o melhor desenvolvimento de sua personalidade, assim como a adaptação dos recursos sociais às necessidades do indivíduo e dos grupos, precisa articular-se com os outros promotores do bem estar social, a fim de que possam alcançar seu objetivos.

Na sua formação, o assistente social obtém uma visão panorâmica da vida social, na sua estrutura e dinâmica, assume uma atitude de reforma em face dos problemas sociais e utiliza métodos de trabalho que constituem instrumentos eficazes no processo da organização da comunidade.

Organização da comunidade, no sentido restrito, ou seja organização da comunidade no campo do Serviço Social, consiste na mobilização dos recursos próprios à assistência e ao serviço social, isto é, dos recursos complementares aos que devem ser proporcionados pela instituição e os órgãos básicos da sociedade.

1. Com Habitação e Urbanismo

O Serviço Social pode contribuir para a solução do problema da habitação;

a) estudando as condições econômicas e sociais que devem orientar o critério de seleção e prioridade dos candidatos a habitação econômicas;

b) educando para o uso adequado da habitação e para a aquisição de casa própria;

c) contribuindo para que os projetistas e executores dos projetos de habitação e urbanismo interpretem as necessidades da família, de um grupo, ou de toda a comunidade.

Com relação a planificação e construção de casa individual e de conjuntos residenciais, o serviço social espera do setor habitação e urbanismo que

proporcione os meios indispensáveis a boa convivência dos membros da família entre si, a proteção dos mesmos contra a interferência dos vizinhos, as relações sociais entre aqueles e a participação de todos na vida da comunidade (centros sociais) também depende do dito setor para contar com vias de comunicação adequadas, com facilidade de transporte rápido e com centro de abastecimento, de educação e de recreação convenientemente situados.

2. Com as cooperativas

O Assistente Social poderá dar às idéias cooperativistas grande penetração e expansão nas comunidades, através de sua atuação nos vários setores: entre famílias das classes trabalhadoras, entre as crianças e adolescentes (na escola, clubes infantis e juvenis, etc.) nas empresas, nos sindicatos e nos programas de educação popular em geral.

3. Com a educação operária

Nos seus métodos e objetivos, a educação social do trabalhador tem grande afinidade com o Serviço Social. Ambos tem o propósito de contribuir para a elevação do nível econômico, profissional, cultural e espiritual da classe trabalhadora.

O preparo do assistente social, que compreende a aquisição de conhecimentos básicos sobre os problemas do trabalho, o leva a adquirir o sentimento de justiça social e o capacita para aplicação de métodos e processos que são fundamentais na educação popular, especialmente na parte relativa a educação do trabalhador. Vale dizer que esse procedimento desenvolvido na base das relações humanas facilita ao assistente social, a tarefa de estabelecer contatos construtivos com os indivíduos, com grupos e com a comunidade em geral.

O trabalhador social pode desempenhar essa tarefa no serviço social das empresas comerciais, nos centros sociais, nos sindicatos, etc.

A sub-comissão de coordenação, ao analisar as múltiplas relações existentes entre os diversos temas tratados neste Seminário e vinculados à organização da comunidade, chegou à conclusão de que entre os mesmos se impõem uma colaboração sistemática que se pode obter de dois modos:

a) formalmente, pela criação de serviços, conselhos ou organismo de articulação que tenham por finalidade satisfazer as necessidades fundamentais das populações e propiciar uma convivência democrática, efetiva e feliz.

b) informalmente, pela colaboração espontânea, porém, igualmente contínua e estável dos organismos e agentes de atividades correlacionadas.

A sub-comissão considera que a comunidade é primeiramente um espírito e depois uma estrutura, não sendo assim bastante que artificialmente se estabeleçam órgãos de coordenação sem prévia preparação e sem o indispensável espírito de cooperação.

Considera, ainda, que a colaboração entre a instituição e pessoas deve se desenvolver estrita e sistematicamente de modo informal, independentemente da existência de órgãos encarregados de promovê-lo.

Essa colaboração informal contribuirá para a educação social de indivíduos e grupos, e por conseguinte, para a formação de espírito de iniciativa e ajuda mútua."

Foi um pouco longa a transcrição, tornou-se necessária por que define um programa, programa este já por nós exposto em artigo publicado na Revista do IAPC, n.º. de setembro, outubro e novembro, de 1950.

Depois da realização deste Seminário foi criado no Ministério do Trabalho, a Coordenação de Habitação, de vida efêmera e mais tarde a Comissão Nacional de Bem Estar Social que, no fim de um ano de debates lançou o decreto n.º 33.427 de 30-7-53, sem que entretanto tenha sido restabelecida a Coordenação, o que vale dizer que não houve uma solução prática.

Esboçada, assim, a História da Habitação principalmente no nosso meio, passemos a examinar sua função social, no campo e nas cidades, e os meios para encaminhar uma solução ao problema, de modo a permitir que, àqueles que têm condições econômicas, seja proporcionado a aquisição da casa própria e, àqueles que não as têm, a aquisição da ocupação da casa, facultando a todos, o poder repetir como o poeta inglês ROWLAND WALKINS:

".... A little house a quiet wife,
sufficient food to nourish life,
Most perfect health, and free from harm,
Convenient clothes to keep me warm,
The liberty of foot, and mind,
And grace the ways of God to find.
This is the summe of my desire,
Until I come into heaven's quire."

SUMMARY

1. The preeminence of housing as a social problem. Its human significance.
2. Absence, in Brazil as well as in other countries, of coordinated efforts aiming the solution of the housing problem.
3. The rural and the urban aspects of the housing problem, each with its peculiarities.
4. The housing problem historically studied, both abroad and in Brazil. Legal provisions on the matter. The creation of the "Fundação da Casa Popular". The several international congresses held. The Third Seminar of the Pan-American Union on Housing and Urbanism (1951), its conclusions divided into four groups: (1) Relationship between Cooperation and Other Sectors; (2) Education of Workers; (3) Social Service; (4) Housing and Urbanism.